

Biodiversidade preocupa ambientalistas

Convenção que estabelece a conservação dos recursos vivos não sai do papel

• A assinatura da Convenção de Biodiversidade por 157 países, em junho de 1992, deu esperanças de que os próximos anos representariam um avanço nas discussões. Puro engano. Hoje, o documento é considerado por ambientalistas o que menos teve resultados concretos nos últimos cinco anos.

Quando se fala em biodiversidade, o que está em discussão é o futuro das espécies do mundo. A polêmica que envolve o tema se resume à seguinte questão: de um lado, o Terceiro Mundo detém os recursos naturais e, de uma forma geral, não aceita o direito de patentes sobre organismos vivos obtidos em laboratório, por biotecnologia ou por engenharia genética. Do outro, o mundo desenvolvido, que possui o conhecimento tecnológico, é favorável ao patenteamento dos organismos vivos modificados.

Falta proposta estratégica para implementar convenção

Pela Convenção de Biodiversidade, os governos prometeram identificar, verificar, avaliar e regular todas as atividades e projetos suscetíveis de ameaçar as espécies ou ecossistemas. O documento garantiu aos países detentores de reservas naturais os direitos sobre os produtos que vierem a ser elaborados com esses recursos, que movimentam cerca de US\$ 200 bilhões anuais. Mas a implementação de mecanismos legais que fixem os direitos sobre os produtos naturais vem caminhando lentamente.

— O Brasil não tem uma proposta estratégica para implementar a convenção, o que em países como a Costa Rica já é feito. Eles já conseguem transferência de tecnologia e de recursos — explica Israel Klabin, presidente do comitê organizador da Rio+5.

Klabin diz que os brasileiros precisam encontrar meios de for-

O MEIO AMBIENTE EM NÚMEROS

• **REMÉDIOS:** Pelo menos sete mil substâncias usadas em remédios — do ácido acetilsalicílico às pílulas anticoncepcionais — são tiradas de plantas.

• **ROYALTIES:** Se as multinacionais pagassem aos países em desenvolvimento e aos povos indígenas royalties sobre vegetais e sobre o conhecimento que utilizaram para lucrar, esses recursos chegariam a US\$ 5,4 bilhões a cada ano.

• **ESPÉCIES:** Acredita-se que a Terra abrigue mais de 30 milhões de espécies. Porém, apenas 1,5 milhão estão descritas.

• **EXTINÇÃO:** Cerca de 5.400 espécies de animais e quatro mil de plantas estão ameaçadas de extinção.

çar o Governo a implementar as decisões da convenção. Para tanto, ele diz que é preciso abrir espaços de discussão social.

— O maior problema no Brasil com relação às questões de biodiversidade é o acesso e o uso de recursos — ressalta Klabin.

O biólogo Angelo dos Santos, especialista em biodiversidade da FBDS, diz que esse é um assunto difícil de lidar na hora de tomar decisões políticas. Para ele, o maior problema é o conceito de propriedade genética.

Atualmente, a Proposta de Lei de Uso e Acesso de Recursos Genéticos, um projeto de lei que propõe regras para a exploração da biodiversidade no país, ainda está em apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. No entanto, ainda serão realizados três encontros para aperfeiçoar o texto do documento. Nessas reuniões, representantes de diversos setores vão tentar chegar a um texto final.

— É preciso chegar a um consenso para que a tramitação do documento no Congresso Nacional seja a mais rápida possível — explica Kátia Drager Maia.

Santos afirma que, nos países onde o acesso aos recursos natu-

rais já foi regulamentado, como a Costa Rica, as comunidades locais são privilegiadas.

— Se um grande laboratório vai a uma tribo indígena, estuda seus conhecimentos sobre o potencial medicinal de uma planta, isola o princípio ativo e faz um remédio a partir dele, quem lucra é o laboratório. E os índios, que lucro terão? — diz Santos.

Depois da Rio-92, o Brasil foi o primeiro país indicado para concorrer aos recursos do GEF, fundo criado para financiar a implementação das ações determinadas na conferência. Em 1995, o Governo federal criou o Programa Nacional para a Biodiversidade (Pronabio) e o Fundo Nacional de Biodiversidade (Funabio), voltados para implementar as ações. Mas a atuação do programa não agrada aos ambientalistas.

— O Pronabio deveria ser gerido por uma comissão que ainda nem foi instalada — diz Klabin.

— Seus projetos não buscam estruturar a sociedade civil quanto à conservação dos recursos — conclui Santos. ■

A íntegra da Convenção de Biodiversidade:
GLOBO ON <http://www.oglobo.com.br>